

Aula 09: Patrimônio Arqueológico: identificação, proteção e avaliação de impactos.

Ministrante: Rimara Motta - Arqueóloga - IPHAN/BA

Para saber informações sobre o Patrimônio Arqueológico Nacional, o site do IPHAN é um excelente portal introdutório. Na página dedicada ao "Patrimônio Arqueológico" (<https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico>) é possível ler um panorama resumido da formação desses bens e suas leis de proteção. O portal encaminha o leitor aos dados e ações atuais de interesse para as pesquisas arqueológicas no âmbito nacional. Há outra área do site que leva ao tema "Licenciamento Ambiental", assunto caro à arqueologia. Nesse espaço, o leitor irá encontrar as diretrizes para a inclusão de processos de licenciamento ambiental na autarquia.

Contudo, para quem quiser se aprofundar no tema, sugiro as seguintes leituras:

- Para uma introdução do que é arqueologia, recomendo a leitura do livro **Arqueologia** de Pedro Paulo Funari;
- **Lei nº 3.924 de 1961**, a chamada Lei da Arqueologia;
- O texto de Regina Coeli Silva, “**Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3924/61 (2007)**”, explica o contexto de nascimento dessa lei e o desafio das suas aplicações futuras;
- A Revista do Patrimônio nº 33, intitulada **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação (2007)**, cujo texto citado acima foi retirado, traz excelentes textos para a reflexão sobre a preservação do patrimônio arqueológico, a partir do olhar de pesquisadores acadêmicos e gestores do IPHAN;
- Atualmente a **INSTRUÇÃO NORMATIVA IPHAN Nº 6, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025** - Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental;

- A **PORTARIA IPHAN Nº 271, DE 1º DE AGOSTO DE 2025** - Estabelece os requisitos para aptidão e cadastro de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, seus deveres e as normas para emissão de Declaração de Endosso Institucional. Em seus anexos há um manual para conservação de materiais arqueológicos;
- A **Portaria IPHAN nº 07/1988** regulamenta os procedimentos para comunicação prévia, permissões e autorizações de pesquisas e escavações arqueológicas no Brasil;
- Disponibilizo dois estudos de caso, um artigo que traz reflexões sobre a atuação do poder municipal na gestão de sítios arqueológicos, “**A Atuação da Administração Pública na Preservação do Sítio Arqueológico São Francisco/SP: impactos na gestão cultural**”, e um artigo que demonstra a importância da organização de um turismo bem estruturado no desenvolvimento socioeconômico de regiões com a presença de sítios arqueológicos, “**Desenvolvimento socioeconômico e preservação cultural: o papel do turismo Arqueológico**”.